

EDITORIAL

Uma das coisas mais belas da vida é o relacionamento humano. Não é preciso muitas explicações para constatar que o homem, por sua própria natureza, deseja entrar em contato com os outros e conviver com os demais de diversos modos. Afinal de contas, existe atividade mais natural do que, por exemplo, conversar com os amigos? Conhecer as últimas notícias? Ou simplesmente pedir e dar uma informação, até para desconhecidos?

Pois bem, a comunicação humana se manifesta em várias maneiras: por palavras, gestos ou até mesmo por expressões fisionômicas, que traduzem uma ideia, um desejo ou simplesmente uma postura diante de algo ou alguém. Entre todos esses modos de interação, destaca-se o falar humano. Embora este se fundamente em nossa natureza, não é fixo e estático, como entre os animais, e tampouco se reduz a aspectos meramente gramaticais ou lógicos, mas se determina por nossos afetos, emoções, por nossa própria vida moral. Assim, o homem é, entre os mortais, o único que possui a linguagem propriamente dita. De uma parte, existe nela um elemento imutável conforme a nossa natureza, mas, por outro lado, depende da convenção de sinais entre os povos. Isto permite ao homem a capacidade de criar expressões sempre novas e fecundas, capazes de abrir novas perspectivas, contribuindo para um renovado impulso em nossa comunicabilidade.

Entretanto, cabe nos perguntarmos: por que possuímos esta faculdade de elocução? Existiria nesta alguma finalidade mais elevada que as simples necessidades de nossa natureza?

A própria criação nos revela o artífice da linguagem: “Os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento proclama a obra de suas mãos” (Sl 19, 2). E São Paulo acrescenta que “aquilo que é possível conhecer de Deus, foi manifestado aos homens; e foi o próprio Deus quem o manifestou” (Rm 1, 19). Com efeito, São Tomás de Aquino afirma: “toda manifestação que procede do Verbo eterno é chamada ‘fala’”¹. Por outro lado, Deus, narra-nos o Gênesis, criou o homem com a capacidade de se comunicar² e, através de manifes-

1) *Super Heb.*, cap. 1 l. 1: Et ideo omnis talis manifestatio procedens a verbo aeterno, locutio nuncupatur.

2) Adão nomeia todos os seres vivos (cf. Gn 2, 20), dirige-se a Eva, mulher que lhe foi dada para que não ficasse só e que constituía com ele uma só carne (cf. Gn 2, 23-24) e ela, por sua vez, responde à indagação da serpente (Gn 3, 2). Estão compreendidas, nestas três passagens, as primeiras palavras registradas nas Sagradas Escrituras.

tações exteriores, exprimir seus pensamentos. Assim, o Criador, de um lado, fala-nos por meio da criação e, por outro, pela Revelação: “Muitas vezes e de muitos modos falou aos nossos pais pelos profetas” e nestes tempos, que são os nossos, “falou-nos por meio do Filho” (Hb 1, 1-2).

Mas como Deus nos fala propriamente?

Além da Criação e da Revelação, a Exortação Apostólica *Verbum Domini* lembra-nos o papel da Esposa Mística de Cristo, a Igreja, enquanto transmissores dessa Revelação de Deus ao homem, “através da obra do Espírito Santo e sob a guia do Magistério. (...) A Igreja vive na certeza de que o seu Senhor, tendo falado outrora, não cessa de comunicar hoje a sua Palavra na Tradição viva da Igreja e na Sagrada Escritura” (n. 18).

A Santa Igreja tem uma forma especial de comunicar Jesus Cristo aos homens. O Catecismo da Igreja Católica não deixa de assinalar que Deus se comunica a si mesmo através dos sacramentos. Nosso Senhor age realmente neles e comunica a graça que significam (cf. n. 1127).

E para não delimitar a questão, a qual está longe de encerrar-se aqui, bastaria considerar como o Espírito Santo faz ouvir a sua voz e age onde quer, conforme no-lo explica o próprio Jesus por ocasião de sua conversa noturna com Nicodemos (cf. Jo 3, 8).

Ora, uma vez que Deus é pródigo em comunicar-se, cabe ao homem estar atento. Não só vigilante, mas também orante (cf. Mt 26, 41), ou seja, respondendo à interpelação que lhe é dirigida. Ora, a nossa inteligência é discursiva e possui um percurso bastante ordenado desde o ponto de vista natural, como obra própria da razão,³ até o sobrenatural.

Ela, [a potência intelectual] primeiro, apreende de modo absoluto algo e esse ato se chama *inteligência*. Depois, ordena o que ela apreendeu para conhecer ou operar alguma outra coisa, e é a *intenção*. Enquanto persiste na investigação daquilo que intenciona, é a *reflexão*. Quando examina o que refletiu em função de princípios certos, isso se chama conhecer ou saber; é a *phronesis* ou *sabedoria*, porque, diz o livro I da Metafísica que é próprio da sabedoria julgar. Quando possui alguma coisa de certo, porque foi examinada, pensa na maneira de comunicá-la aos outros: e é a disposição da *palavra interior*, donde procede a *linguagem*.⁴

3) Cf. *S. Th.*I, q. 91, a. 3; *S. Th.*I, q. 107, a. 1.

4) *S. Th.* I, q. 79, a. 10, ad 3 (trad. Loyola, vol. 2, 2005, p. 458).

Assim, no termo do processo do conhecimento, o homem formula as suas palavras interiormente a fim de comunicá-las aos demais. Por outro lado, o seu próprio instinto de sociabilidade o estimula a manifestar seus próprios pensamentos aos outros.⁵ Em suma, “os homens foram feitos para se comunicarem entre si por meio da linguagem”.⁶

No entanto, esta capacidade de comunicação não se reduz à interação humana, mas se converge ao transcendente de modo direto e imediato, quando, por meio da oração, elevamos a nossa mente a Deus. Contudo, apenas uma disposição interior parece não ser suficiente, íntegra ou mesmo coerente com a nossa natureza. Portanto, caberia também ao homem comunicar aos demais a fé professada, sobretudo pelo testemunho e autenticidade de sua vida, não somente por palavras, mas também por meio de cerimônias, ritos, fórmulas, etc. Logo, conclui-se a necessidade do culto.

Além disso, essas ações devem se refletir também na esfera pública, dado que toda a sociedade, bem como seus indivíduos, são devedores de Deus e, portanto, devem prestar-Lhe culto externo. Neste sentido, indagava Paulo VI: “O que é a liturgia, senão o culto público da Igreja, sua voz comunitária dirigida ao mistério de Deus Pai, por meio de Cristo, no Espírito Santo?”⁷ Por fim, acrescenta o Pontífice, existe uma necessidade não só da expressão coletiva das vozes dos fiéis, mas também a “obrigação e possibilidade do diálogo pessoal com Deus”.⁸

A interatividade entre o diálogo de Deus que interpela por sua palavra “viva, eficaz e penetrante” (cf. Hb 4,12) e a resposta do fiel que não vive só de pão “mas de toda palavra que procede da boca de Deus” (Mt 4,4), deve levar a que a “semente do Reino produza seu fruto na terra fértil” (CEC 1153). E nada melhor que se utilizar das ações litúrgicas, pois elas “significam o que a Palavra de Deus exprime: a iniciativa gratuita de Deus e ao mesmo tempo a resposta de fé de seu povo” (CEC 1153).

No entanto, embora possamos nos utilizar dos meios instituídos pela própria Santa Igreja, deve-se recordar que a nossa linguagem é intrinsecamente ligada a nossa natureza e, portanto, essencialmente humana e limitada. Mas, por outro lado, é evidente a necessidade de nosso relacionamento com Criador. Assim, não devemos nos esquecer que “o Espírito Santo intercede por

5) Cf. *Sententia Politicorum*, lib. 1 l. 1 n. 28

6) *Sententia Politicorum*, lib. 1 l. 1 n. 23: Maxime autem homines nati sunt sibi communicare per sermonem.

7) PAULO VI. *Udienza Generale*, 12 abr. 1978. Disponível em: <www.vatican.va>. Último acesso em 5 set. 2011. (Tradução nossa).

8) Loc. cit.

nós com gemidos inenarráveis” (Rm 8, 26) e o “Verbo se fez carne” (Jo 1, 14), assumindo a condição humana (cf. Fl 2, 7), semelhante a nós em tudo exceto no pecado (cf. Hb 4, 15) e falou aos homens (cf. Hb 1, 2). Desta forma, “as palavras de Deus expressas por línguas humanas, tornaram-se intimamente semelhantes à linguagem humana” (DV 13). Assim a linguagem divina se tornou acessível aos homens e a nossa linguagem se “divinizou” e, embora de maneira sempre humana, atinge “realmente o próprio Deus, ainda que sem poder exprimi-lo em sua infinita simplicidade” (CEC 43).

Portanto, podemos recorrer ao emprego de palavras humanas para falar de Deus e Ele, por sua parte, utiliza-se de nossa própria linguagem limitada a fim de nos aproximarmos d’Ele.

Por fim, cabe ressaltar como o próprio Jesus Cristo nos mostrou o modo mais perfeito de diálogo, convidando-nos à oração por meio do Pai-Nosso (cf. Mt 6, 9-13; Lc 11, 2-4). Note-se a palavra “Nosso”. O Redentor não nos chama, portanto, a rezar apenas de modo individual, mas com *nossos* próximos. Por conseguinte, quando elevamos nossas preces a Deus, a nossa linguagem alcança o seu auge, sobretudo quando *nos* reunimos para rezar, especialmente nas orações litúrgicas. Desta forma, não somente falamos *de* Deus, mas *com* Deus, como Ele mesmo nos ensinou.

NORMAS PARA OS COLABORADORES

Os artigos devem ser enviados em CD ou anexo de e-mail. Também devem ser enviados um resumo (10 linhas) e os dados relativos à titulação do autor, atividade atual, endereço, etc. Os artigos devem ter **entre cinco mil e seis mil palavras**.

As referências bibliográficas e notas de rodapé devem ser apresentadas conforme as normas da ABNT, ou da metodologia vigente no país do autor. As referências bibliográficas poderão ser apresentadas ao pé de cada página, ou colocadas no fim do artigo.

Os autores serão notificados sobre a decisão do Conselho Editorial. Caso seja publicado, receberão cinco exemplares da revista.

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores.

Endereço para envio de artigos:
REVISTA LUMEN VERITATIS
Caixa Postal 257
CEP: 07600-000
Mairiporã – SP
E-mail: lumenveritatis@arautos.com.br